

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

## **1.ª ETAPA - PROVA OBJETIVA**

### **TIPO DE PROVA**

# **1**

**NÚMERO DA INSCRIÇÃO:**

**NOME DO CANDIDATO:**

### **EXAME DE ORDEM – AGOSTO/2006 INSTRUÇÕES**

⇒ É vedada a utilização de: aparelho eletro-eletrônico, receptor ou transmissor de qualquer tipo de mensagem; calculadora, agenda eletrônica, telefone celular, relógio digital, *bip*, gravador, fones de ouvido, *walkman*, *discman*, *palm top* e similares.

⇒ Antes de responder às questões:

LEIA COM ATENÇÃO O QUE SE PEDE EM CADA UMA DELAS.

⇒ Durante a realização da prova: NÃO SERÁ PERMITIDO QUALQUER TIPO DE CONSULTA nem comunicação entre os candidatos.

⇒ Na **Folha de Respostas**, e em cada questão, assinale apenas uma letra.

⇒ Qualquer identificação, na **Folha de Respostas**, ACARRETARÁ ANULAÇÃO DE SUA PROVA.

⇒ Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

Ⓢ Use apenas caneta esferográfica, azul ou preta.

Ⓢ Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área correspondente à letra que julgar correta, procurando unir o ponto lateral, à esquerda, ao ponto lateral, à direita.

⇒ Ao terminar, entregue, ao aplicador de provas, sua **Folha de Respostas**, preenchida, e o **caderno de provas**.

⇒ NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

⇒ NÃO USE NENHUM CORRETIVO.

⇒ NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS.

⇒ A **Folha de Respostas** NÃO deve ser: dobrada, amassada nem rasurada.

⇒ No tempo máximo previsto para a realização da prova está incluída a transferência das respostas para a **Folha de Respostas**.

⇒ Só será permitida a saída de candidatos após decorridas TRÊS HORAS do início da realização da prova.

⇒ NÃO será permitida a permanência de candidatos no prédio, após o término da prova.

DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: CINCO HORAS.

AGUARDE A ORDEM PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

# ATENÇÃO:

ANTES DE INICIAR SUA  
PROVA VOCÊ DEVERÁ  
ASSINALAR, EM SUA FOLHA  
DE RESPOSTAS, O TIPO DE  
PROVA QUE ESTÁ FAZENDO,  
SOB PENA DE ANULAÇÃO.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

#### **DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO**

**01** - Das seguintes alternativas, qual é a definição legal de **contrato individual de trabalho?**

- a) Contrato bilateral e solene, firmado entre o empregado e o patrão, para disciplinar a relação de trabalho.
- b) Contrato individual de trabalho é o acordo, tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.
- c) Contrato individual de trabalho é o ajuste expresso de vontades, do empregador e do empregado, correspondente à relação de emprego.
- d) Contrato individual de trabalho é o acordo de caráter normativo livremente firmado entre empregador e empregado.

**02** - Assinale a proposição **correta**:

- a) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições com o consentimento expresso do sindicato profissional da categoria a que pertence o empregado.
- b) Nos contratos individuais de trabalho toda alteração das respectivas condições, ainda que por mútuo consentimento, será considerada lícita.
- c) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições, por mútuo consentimento, e, ainda, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
- d) Nos contratos individuais de trabalho a alteração das respectivas condições será sempre lícita, se precedida de mútuo consentimento.

**03** - Se o marido e a mulher trabalham na mesma empresa

- a) só o marido tem direito às cotas do salário-família relativas aos filhos menores.
- b) só a esposa tem direito às cotas do salário-família relativas aos filhos menores.
- c) ambos tem direito às cotas do salário-família relativas aos filhos menores.
- d) os dois têm direito às cotas do salário-família enquanto durar a sociedade conjugal.

**04** - Assinale a alternativa **correta**:

Na ausência de estipulação do salário e sem prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito

- a) a perceber o maior salário pago na empresa àquele empregado que fizer serviço equivalente.
- b) a perceber o maior salário pago àquele empregado que fizer serviço equivalente, acrescido de vantagens pessoais.
- c) a perceber salário igual ao daquele, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que foi habitualmente pago para serviços semelhantes.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

d) nenhuma das hipóteses acima.

**05** - Assinale a alternativa **incorreta**:

a) São princípios do contrato de trabalho: primazia da realidade; condição mais benéfica ao empregado, necessária instrumentabilidade do ajuste entre as partes contratantes (empregado e empregador).

b) O adicional noturno deve ser pago com o percentual de 20% (vinte por cento) superior ao salário diurno, compreendido como aquele trabalhado entre 22:00 às 05:00 horas, do dia seguinte.

c) O descanso semanal remunerado deverá preferencialmente, ser cumprido aos domingos, permitindo, em casos excepcionais, a ocorrer em dias normais de trabalho.

d) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à normal.

**06** - Assinale a alternativa **correta**:

Qual o prazo mínimo que deve decorrer entre a notificação enviada ao reclamado e a audiência inicial.

a) 48 horas.

b) 05 dias.

c) 72 horas.

d) 15 dias.

**07** - Nos termos da CLT, no que pertine ao direito à equiparação salarial, para que possa um empregado alcançá-la, torna-se necessário a ocorrência, de forma simultânea:

a) idêntica função, semelhança e necessária existência de quadro de carreira na empresa.

b) funções semelhantes, trabalho de igual valor e diferença de tempo de serviço não superior a 2 (dois) anos, na mesma localidade da prestação de serviços.

c) funções semelhantes, trabalho de igual valor, inexistência de quadro de carreira e tempo superior a 2 (dois) anos no emprego.

d) idêntica função, inexistência de quadro de carreira, mesma produtividade com trabalho exercido em localidades distintas da prestação de serviços.

**08** - Assinale a alternativa **correta**:

O termo inicial do prazo prescricional das férias conta-se do término do:

a) período aquisitivo.

b) período concessivo.

c) ano fiscal.

d) do início do contrato de trabalho.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

**09** - É correto a afirmativa:

- a) é vedada a dispensa dos representantes dos empregados, titulares e suplentes, até um ano após o fim do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.
- b) se instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo 15 membros.
- c) o prazo prescricional será interrompido a partir da declaração de frustração da tentativa de conciliação.
- d) o termo de conciliação é título executivo judicial e terá eficácia após sua regular homologação.

**10** - A reclamada é revel e confessa pelo seu não comparecimento à audiência inaugural. Existindo pedidos de insalubridade e/ou periculosidade, o juiz deve:

- a) julgar, de imediato a ação, condenando a reclamada ao pagamento de ambos os adicionais postulados.
- b) julgar procedente, de plano, a demanda para condenar a empresa ao pagamento do adicional de periculosidade, que é o mais benéfico.
- c) indagar ao autor sobre qual adicional que prefere, sentenciando de imediato.
- d) determinar a realização da perícia técnica, mesmo sob protesto do trabalhador, pela ausência injustificada da reclamada e, somente após a conclusão da perícia, proferir a sentença.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**11** - O réu na contestação na desapropriação indireta:

- a) pode alegar qualquer matéria de defesa, de mérito ou processual.
- b) só pode alegar matéria processual.
- c) só pode alegar matéria de mérito.
- d) só pode versar sobre vício no processo judicial ou sobre o preço do bem.

**12** - A respeito da improbidade administrativa, marque a alternativa **incorreta**:

- a) os tipos de improbidade administrativa da Lei 8.429/92 são meramente exemplificativos.
- b) só os agentes públicos respondem por improbidade administrativa.
- c) a ação de improbidade administrativa é uma espécie de ação civil pública.
- d) entre as sanções aplicáveis à improbidade administrativa estão a perda de função pública e proibição de receber incentivos fiscais e creditícios do poder público.

**13** - São entes que integram a Administração Pública, **exceto**:

- a) os consórcios públicos ou privados, formados entre municípios.
- b) as fundações instituídas pelo poder público.
- c) as pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público.
- d) as fundações instituídas com bens particulares destinadas a prestar assistência na área da saúde.

**14** - Determinada lei estadual autoriza o poder executivo estadual a doar determinado imóvel do Estado. A mencionada lei é:

- a) ato administrativo.
- b) lei em sentido formal e material.
- c) lei apenas em sentido material.
- d) lei apenas em sentido formal.

**15** - A respeito da responsabilidade civil do Estado, marque a alternativa **incorreta**:

- a) a responsabilidade dos agentes públicos é subjetiva.
- b) a responsabilidade de sociedade de economia mista, integrante da Administração indireta da União, que exerce atividade econômica, é objetiva.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

c) parte da doutrina considera que a responsabilidade da Administração é subjetiva quando se trata de ato omissivo.

d) a responsabilidade objetiva da Administração, fundada na teoria do risco, pode ser ilidida na hipótese de caso fortuito ou força maior .

**16** - Assinale a alternativa **correta**. No regime jurídico dos contratos administrativos, ditado pela Lei 8.666/93:

a) o particular contratado pela Administração jamais poderá invocar a *exceptio non adimplenti contractus*.

b) só se admite a *exceptio non adimplenti contractus* na hipótese de atraso, pela Administração, de pagamento(s) devido(s) ao particular contratado, quando este atraso for igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias.

c) só se admite a *exceptio non adimplenti contractus* na hipótese de atraso, pela Administração, de pagamento(s) devido(s) ao particular contratado, quando este atraso for igual ou superior a 90 (noventa) dias.

d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

**17** - A respeito da ação popular, marque a alternativa **incorreta**:

a) é ação destinada a anular ato ilegal lesivo ao patrimônio público.

b) são litisconsortes na ação popular os agentes que praticaram o ato, a pessoa jurídica interessada e o beneficiário do ato.

c) é cabível a concessão de liminar na ação popular para sustar a eficácia do ato impugnado.

d) o Ministério Público pode ajuizar ação popular.

**18** - O Ministro da Fazenda da União, que reside no Rio de Janeiro, pratica, no exercício de suas atividades no Ministério da Fazenda, localizado em Brasília, um ato abusivo e ilegal que atinge direito líquido e certo de um cidadão residente em Belo Horizonte. O foro competente para a impetração de mandado de segurança é:

a) Belo Horizonte.

b) Rio de Janeiro.

c) Brasília.

d) qualquer um destes, a critério do impetrante.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

#### **DIREITO E PROCESSO CIVIL**

**19** - A doação gratuita de órgãos do corpo humano, para depois da morte, com objetivo científico ou altruístico é:

- a) irrevogável.
- b) nula.
- c) válida.
- d) imperativa.

**20** - A desproporção de prestações caracterizadora da lesão contratual deve ser apreciada de acordo com os valores vigentes à época

- a) em que o contrato foi celebrado.
- b) da propositura da ação.
- c) da execução do contrato.
- d) da sentença judicial.

**21** - A renúncia à prescrição **não** poderá se dar

- a) tacitamente.
- b) previamente.
- c) com prejuízo de terceiros.
- d) após a consumação da prescrição.

**22** - Um dos credores solidários terá direito preferencial de recebimento da dívida, em relação aos demais, caso

- a) notifique o devedor de sua intenção.
- b) efetue o protesto do título no cartório competente.
- c) interrompa a prescrição da dívida.
- d) ajuíze uma ação de cobrança contra o devedor.

**23** - O pagamento feito a credor putativo por devedor de boa-fé é

- a) válido, ainda que fique provado depois que quem recebeu não era credor.
- b) válido, desde que não fique provado depois que quem recebeu não era credor.
- c) nulo.



# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

d) inexistente.

**24** - Condenado o Réu a indenizar os danos causados ao Autor em decorrência de acidente de trânsito, será considerado em mora

- a) desde a citação inicial.
- b) desde a data do acidente.
- c) a partir do trânsito em julgado da sentença.
- d) desde a data do ajuizamento da ação.

**25** - Sobre a cláusula penal é **incorreto** afirmar:

- a) só é exigível no caso de inexecução culposa do contrato.
- b) só é exigível caso seja comprovado algum prejuízo efetivo.
- c) caso haja cumprimento parcial do contrato, o Juiz poderá reduzi-la equitativamente.
- d) caso tenha sido estipulada para o inadimplemento total do contrato, será considerada alternativa a benefício do credor.

**26** – Que direito caberá ao evicto quando existir no contrato de compra e venda de bem imóvel cláusula contratual excluindo a garantia da evicção sem que o evicto tenha sido informado do risco da evicção?

- a) Ao recebimento do preço que pagou, além do reembolso de frutos, das despesas do contrato, custas judiciais e honorários advocatícios.
- b) Não terá qualquer direito.
- c) De recobrar o preço que pagou pelo bem.
- d) De recobrar o preço que pagou mais as despesas do contrato.

**27** - Revogam-se por ingratidão as doações

- a) modais, mesmo que o encargo já tenha sido cumprido.
- b) feitas para pagamento de obrigação natural.
- c) feitas para determinado casamento.
- d) meritórias.

**28** - A ação do marido para contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher:

- a) prescreve em dois anos após a dissolução da sociedade conjugal.
- b) prescreve em dois anos após o nascimento com vida da criança.
- c) prescreve em dois anos após a ciência do fato gerador da dúvida.
- d) é imprescritível.

**29** - Contra a decisão do relator que nega seguimento a recurso de apelação por entendê-lo, liminarmente, intempestivo, sem, portanto, submeter tal questão à apreciação do órgão colegiado competente, qual o recurso cabível e qual seu prazo de interposição ?

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

- a) Agravo, no prazo de 5 dias.
- b) Mandado de Segurança, no prazo de 120 dias.
- c) Recurso Especial, no prazo de 15 dias .
- d) Agravo de Instrumento, no prazo de 10 dias.

**30** - A respeito dos **recursos cíveis**, é **correto** afirmar que:

- a) Sempre haverá oportunidade para o juiz se retratar no recurso de apelação, desde que a parte assim requeira no prazo de 3 (três) dias.
- b) Para que haja a desistência do recurso interposto, deverá o recorrente contar com a aquiescência expressa da parte recorrida.
- c) No procedimento do recurso especial, o juízo de admissibilidade proferido pela instância ordinária não subordina ou vincula a turma julgadora competente no Superior Tribunal de Justiça, a qual poderá reexaminar os pressupostos de admissibilidade recursal.
- d) Denomina-se deserção a conseqüência da omissão da parte em interpor o recurso no prazo previsto em lei.

**31** - A respeito da **tutela cautelar**, é **correto** afirmar que:

- a) Sob pena de cessar a eficácia da medida liminar concedida, a parte que ajuizou ação cautelar preparatória deverá propor a ação principal no prazo de trinta dias, contados do ajuizamento de medida cautelar.
- b) A apelação interposta contra sentença que decide o processo cautelar será recebida apenas no efeito devolutivo.
- c) É vedada a fungibilidade da medida cautelar, não podendo o magistrado deferir medida diversa daquela requerida, devendo ater-se, estritamente, ao requerido pela parte.
- d) O Código de Processo Civil autoriza que o magistrado possa deferir medida cautelar sem a prévia oitiva do réu, mas impõe, como condição para tal, a realização obrigatória de audiência de justificação prévia do pedido.

**32** - No procedimento ordinário, quanto a produção de **prova testemunhal**, é **correto** afirmar que:

- a) Se a parte se comprometer a conduzir a testemunha, fica dispensada de apresentar previamente o rol de testemunhas.
- b) É lícito à parte arrolar até 5 (cinco) testemunhas para comprovar cada um dos fatos controvertidos.
- c) É vedada a prova exclusivamente testemunhal que vise a comprovar a existência de contrato cujo valor seja superior a 40 (quarenta) salários mínimos.
- d) Se o juiz não designar outro prazo, compete à parte, até 10 (dez) dias antes da audiência, depositar o rol de testemunhas.

**33** - Sobre as regras de **competência** disciplinadas no Código de Processo Civil, é **correto** afirmar que:

- a) A competência fundada em razão da matéria litigiosa pode ser objeto de prorrogação, caso não seja objeto de impugnação pela parte ré.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

- b) A incompetência relativa deve ser conhecida de ofício pelo juiz em qualquer grau de jurisdição.
- c) O juízo que conheceu da ação cautelar preparatória fica prevento para conhecer da ação principal.
- d) A ação fundada em direito real sobre bens móveis deverá ser proposta, em regra, no foro do domicílio em que se encontra a coisa.

**34** - Acerca do ato de **citação**, é **correto** afirmar que:

- a) Efetuada a citação por edital, o prazo para o réu contestar inicia-se logo após o exaurimento do prazo de dilação fixado pelo juiz.
- b) É possível a citação, via postal, na Ação de Execução fundada em título extrajudicial.
- c) Quando, por três vezes, em horários distintos, o oficial de justiça houver procurado o réu em sua residência sem o encontrar, e havendo suspeita da ocultação dolosa deste, o juiz deverá determinar a citação por edital.
- d) A citação válida, ainda que ordenada por juiz incompetente, interrompe a decadência.

**35** - Considerando a contestação apresentada pelo réu em uma demanda que envolve a reparação de danos causados por acidente de veículo, qual das matérias abaixo arroladas **refere a uma questão preliminar**:

- a) Culpa exclusiva do autor.
- b) Inexistência de nexo de causalidade entre o ato atribuído ao réu e os danos sofridos pelo autor.
- c) Prescrição.
- d) Existência de coisa julgada.

**36** - A respeito do **Litisconsórcio**, é **correto** afirmar:

- a) Ao juiz é permitido, em se tratando de litisconsórcio facultativo ativo, limitar o número de autores se houver prejuízo ao efetivo exercício do direito de defesa do réu.
- b) No caso de litisconsórcio passivo necessário, a renúncia, por um dos réus, ao direito de produzir prova alcança também aos demais co-réus que estarão, assim, impedidos de apresentar outras provas.
- c) Havendo litisconsórcio passivo, contar-se-á em dobro o prazo para contestar, ainda que os réus possuam o mesmo procurador.
- d) No caso de litisconsórcio facultativo ativo, a decisão, obrigatoriamente, será idêntica para todos os autores.

**37** - Acerca do **despacho saneador**, é **correto** afirmar:

- a) É irrecurável, haja vista que contra despacho não cabe qualquer recurso.
- b) Nas causas em que se tratar de direitos patrimoniais disponíveis, o despacho saneador será proferido sempre antes da designação da audiência preliminar.
- c) Tem como conteúdo a resolução das questões processuais pendentes e a fixação dos pontos controvertidos com o conseqüente deferimento das provas pertinentes.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

d) É proferido apenas nas causas em que houver a extinção do feito sem julgamento do mérito.

**38** - A respeito da **antecipação dos efeitos da tutela**, é **correto** afirmar:

- a) Uma vez concedida, não poderá ser revogada ou modificada até o momento em que proferida a sentença de mérito.
- b) A decisão que a concede tem natureza jurídica de sentença.
- c) Poderá também ser concedida quando um ou mais pedidos cumulados mostrar-se incontrovertidos.
- d) A presença de prova inequívoca não é requisito para a concessão de tutela antecipada, mas apenas para a decisão final do processo.

### **DIREITO EMPRESARIAL**

**39** - Em relação à atividade empresarial, marque a alternativa **correta**:

- a) A sociedade que tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural, e seja constituída ou transformada de acordo com um dos tipos de sociedade empresária, pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, observadas as formalidades legais.
- b) A atividade empresarial não pode ser exercida por pessoa natural de modo individual, sendo obrigatória a constituição de pessoa jurídica, mediante registro de contrato de sociedade empresarial na Junta Comercial.
- c) A falência é instituto que se aplica a empresários individuais, sociedades empresárias e sociedades simples.
- d) A empresa é pessoa jurídica de direito privado.

**40** - Quanto a sociedades e associações, é **correto** afirmar que:

- a) Segundo dispõe o Código Civil Brasileiro, pessoas que se organizam para fins não econômicos constituem sociedade civil sem fins lucrativos.
- b) A sociedade será constituída com finalidade lícita e econômica, enquanto a associação pode ter qualquer finalidade lícita, desde que não tenha finalidade econômica.
- c) Apenas a sociedade empresária pode ter finalidade econômica.
- d) A sociedade não empresária (simples) pode ter finalidade econômica, desde que não partilhe seus resultados entre os sócios.

**41** - Em relação às sociedades anônimas, é **correto** afirmar que:

- a) Sociedades anônimas abertas não se sujeitam à falência, em razão da necessidade de proteção ao capital do investidor de mercado, que adquire ações na bolsa de valores.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

- b) Regem-se as sociedades anônimas pela Lei nº 6.404/76, aplicando-se-lhes, nos casos omissos, as disposições do Código Civil Brasileiro.
- c) Terá direito de retirada ou recesso, mediante reembolso do valor das suas ações, o acionista dissidente de quaisquer deliberações de Assembléia Geral Extraordinária.
- d) O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, composto por, no mínimo, 03 (três) membros, com função de representação da companhia.

**42** - É correto afirmar que:

- a) A partir do Código Civil Brasileiro de 2002, não pode mais o emitente de Nota Promissória proibir o endosso desse título, mediante inserção da cláusula proibitiva de endosso.
- b) Quem endossa Letra de Câmbio ou Cheque não responde pelo cumprimento da prestação constante do título, ressalvada cláusula expressa em contrário, constante do endosso, conforme dispõe o Código Civil Brasileiro.
- c) Admite-se o aval parcial no Cheque, a despeito da vedação expressa de aval parcial contida no Código Civil Brasileiro.
- d) Condição essencial para a ação de execução de duplicata aceita, movida pelo sacador do título contra o aceitante, é o protesto do referido título, que deve ser realizado a partir do primeiro dia útil seguinte ao dia do seu vencimento até 30 (trinta) dias do vencimento.

**43** - Quanto ao protesto de títulos de crédito, é correto afirmar que:

- a) O protesto para fins falimentares é procedimento cautelar específico previsto no Código de Processo Civil Brasileiro, com finalidade de legitimar o credor a pedir falência do empresário devedor em razão do não pagamento, no prazo, de obrigação líquida materializada em título(s) executivo(s) protestado(s), conforme exige a Lei de Falência.
- b) Protesto cambial é meio de cobrança de título de crédito vencido e não pago, que se faz através de pedido dirigido ao Tabelião de Protestos de Títulos.
- c) A duplicata sem aceite pode ser executada pelo sacador, mesmo sem protesto, desde que o exequente apresente junto à inicial o comprovante de entrega da mercadoria.
- d) A verdadeira finalidade do protesto cambial é probatória, servindo tal instituto para munir o credor de declaração autêntica de falta de devolução, aceite ou pagamento de título de crédito.

**44** - Sobre a Recuperação Judicial e Falência é correto afirmar que:

- a) Em contrato de Representação Comercial, havendo a falência do representado, as importâncias por ele devidas ao representante comercial, relacionadas com a representação, serão consideradas créditos da mesma natureza dos créditos trabalhistas.
- b) Qualquer credor pode apresentar objeção ao Plano de Recuperação Judicial e, caso isso ocorra, será decretada a falência do devedor, sem necessidade de convocação de assembléia-geral de credores para deliberar sobre o plano.
- c) O adquirente de estabelecimento empresarial responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, mesmo em se tratando de alienação promovida em processo falimentar.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

d) A concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas, a alteração do controle societário e a substituição total dos administradores do devedor constituem meios de Recuperação Judicial que devem constar no Plano de Recuperação Judicial, sob pena de indeferimento e convolação em falência.

**45** - Quando uma pessoa cede a outra o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços, e, eventualmente também o direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo cedente, mediante remuneração direta ou indireta, cuida-se de:

- a) Contrato de faturização ou *factoring*.
- b) Contrato de arrendamento mercantil ou *leasing*
- c) Contrato de representação comercial.
- d) Contrato de franquia empresarial ou *franchising*.

**46** - Sobre programas de computador, é **correto** afirmar que:

- a) Os programas de computador são considerados invenções ou modelos de utilidade, podendo seu autor obter patente junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).
- b) Os programas de computador são considerados criações do espírito, e como tais constituem obras intelectuais cujo direito de uso exclusivo é concedido mediante registro no órgão competente, que é o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI).
- c) A proteção à criação de programa de computador independe de registro.
- d) A patente de invenção de programa de computador vigora pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da data do depósito do pedido no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI).

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

#### **DIREITO INTERNACIONAL**

**47** - Um processo, no Brasil, ajuizado por um paraguaio, tratava de controvérsia sobre um contrato celebrado no Uruguai, entre ele e um brasileiro, no qual existia cláusula expressa de aplicação da lei mexicana. O juiz, então, consultou o sistema jurídico mexicano e verificou que tal país ratificou a Convenção Interamericana sobre o Direito Aplicável aos Contratos Internacionais, que admite a autonomia da vontade das partes. Com relação ao processo, é **correto** afirmar que será aplicada a lei processual

- a) brasileira, local do processo;
- b) uruguaia, local da celebração do contrato;
- c) mexicana, lei escolhida pelas partes;
- d) paraguaia, lei do país da parte autora da ação.

**48** - Um casal formado por um brasileiro, domiciliado no Brasil, e uma indiana, domiciliada na Índia, resolve se casar na França. Ao chegar ao Consulado brasileiro, o cônsul se recusa a celebrar o matrimônio. É **correto** afirmar que o cônsul

- a) agiu equivocadamente, tendo em vista que o casamento de brasileiro no exterior, perante consulado do Brasil, é permitido;
- b) agiu acertadamente, tendo em vista que ambos os nubentes deveriam ter o mesmo domicílio para que seu casamento fosse realizado perante o Consulado brasileiro;
- c) agiu acertadamente, porque ambos os nubentes deveriam ter a mesma nacionalidade para que seu casamento fosse realizado perante o Consulado brasileiro;

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

d) agiu acertadamente, uma vez que o casamento de brasileiro, no exterior, somente pode ser celebrado perante autoridade local.

**49** - Uma viúva francesa, domiciliada na Itália, veio para o Brasil para se casar com um brasileiro aqui domiciliado, sob o regime da comunhão parcial de bens. Entretanto, haviam se passado apenas oito meses de sua viuvez, o que é considerado causa suspensiva no Brasil, mas não na França e na Itália. É **correto** afirmar que a francesa

- a) poderia se casar sob o regime que pretendesse, já que as causas suspensivas são reguladas pela lei do domicílio;
- b) não poderia se casar sob o regime da comunhão parcial, tendo em vista que a lei brasileira, local do casamento, considera causa suspensiva o fato de terem se passado apenas oito meses a viuvez;
- c) poderia se casar sob o regime da comunhão parcial, uma vez que as causas suspensivas são reguladas pela lei da nacionalidade;
- d) não poderia se casar pelo regime da comunhão parcial, tendo em vista que estrangeiros apenas podem se casar no Brasil pelo regime da separação de bens.

**50** - Foi celebrado, no Paraguai, entre um paraguaio e um brasileiro, um contrato de compra e venda de automóvel, de acordo com a lei paraguaia, sem que o veículo fosse entregue ao brasileiro. Pretendendo este último registrar, no Brasil, o veículo em seu nome, o órgão próprio se negou a fazê-lo. Sobre tal decisão, é **correto** afirmar que ela foi

- a) equivocada, uma vez que o contrato de compra e venda foi celebrado de acordo com a lei do local de sua constituição;
- b) equivocada, uma vez que, tendo havido a correta celebração do contrato, não interessa a entrega do veículo;
- c) acertada, tendo em vista que o contrato deveria ter sido regido apenas pela lei brasileira, local da execução;
- d) acertada, tendo em vista que também deve ser aplicada a lei brasileira, por ser a tradição forma essencial nela prevista.

**51** - Em um contrato internacional de compra e venda celebrado entre um brasileiro, domiciliado no Brasil, e um italiano, domiciliado na França, estes elegeram como foro para a solução de eventuais controvérsias a Itália. Tendo ocorrido inadimplência do brasileiro, o italiano ingressou com ação contra ele no Brasil. É **correto** afirmar

- a) se o brasileiro apresentar Exceção de Incompetência alegando apenas que o foro eleito é a Itália, será ela julgada procedente;
- b) para que a ação seja transferida para a Itália, deverá o brasileiro demonstrar, na Exceção de Incompetência, que terá prejuízos se o seu trâmite ocorrer no Brasil;
- c) se o brasileiro não apresentar Exceção de Incompetência, o juiz brasileiro remeterá de ofício o processo à Itália, foro eleito no contrato;
- d) o brasileiro não poderá apresentar Exceção de Incompetência, tendo em vista que se presume que a propositura da ação no foro de seu domicílio lhe é mais benéfica.



# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

**52** - Foi ajuizada uma ação de indenização, por um inglês, na Inglaterra, contra um brasileiro, domiciliado no Brasil. O brasileiro, então, recebeu a citação relativa a tal processo por meio carta, com AR, forma prevista na lei inglesa, e, simplesmente, não tomou qualquer providência, transcorrendo a ação à sua revelia. Sendo proferida sentença na Inglaterra, o inglês requereu sua homologação pelo STJ, a fim de executá-la no Brasil. É **correto** afirmar que

- a) a sentença estrangeira será homologada, uma vez que houve o preenchimento de todos os requisitos para tal fim;
- b) a sentença estrangeira não será homologada, tendo em vista que não se homologam sentenças proferidas em processos nos quais réus brasileiros são revéis;
- c) a sentença estrangeira não será homologada, tendo em vista que, para a homologação de sentenças estrangeiras proferidas contra réus domiciliados no Brasil é necessário que sejam por estes requeridas;
- d) a sentença estrangeira não será homologada, tendo em vista que não houve o preenchimento de todos os requisitos previstos para tal fim.

**53** - Em um contrato internacional, celebrado entre uma empresa brasileira e uma empresa uruguaia, foi convencionada cláusula compromissória de arbitragem, que não previa suas condições. No momento em que vinha o contrato sendo executado, surgiu uma controvérsia. Assim, a empresa uruguaia notificou a empresa brasileira, por carta, no intuito de ser celebrado o compromisso. A empresa brasileira respondeu, alegando que não firmaria o compromisso, tendo em vista que submeteria a questão ao Poder Judiciário brasileiro. É **correto** afirmar que a empresa brasileira

- a) agiu acertadamente, uma vez que a cláusula compromissória é inconstitucional, porque não se pode excluir do Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- b) agiu equivocadamente, porque a existência de cláusula compromissória obriga a parte a se submeter à arbitragem.
- c) agiu acertadamente, porque a cláusula compromissória não a obriga a firmar o compromisso.
- d) agiu equivocadamente, porque deveria ter buscado junto ao Poder Judiciário uma declaração de que não era obrigada a se submeter à arbitragem.

**54** - Um indiano, casado na Índia, lá se divorciou após dois anos de sua separação judicial, na qual ocorreu a partilha dos bens do casal, sendo todos situados na Índia. Depois de um ano de seu divórcio, veio para o Brasil, onde pretendeu se casar com uma brasileira. Para seu novo casamento, é **correto** afirmar que

- a) o indiano deverá homologar a sentença indiana de divórcio perante o Superior Tribunal de Justiça, podendo requerê-la imediatamente.
- b) não será necessária a homologação da sentença estrangeira, por se tratar de decisão meramente declaratória de estado da pessoa.
- c) não será necessária a homologação da sentença estrangeira, porque seu divórcio não teve qualquer efeito pessoal ou patrimonial no Brasil.
- d) o indiano deverá homologar a sentença indiana de divórcio perante o Superior Tribunal de Justiça, mas deverá aguardar o prazo de um ano para requerê-la.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

#### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**55** - Sobre a competência tributária na Constituição de 1988, assinale a alternativa **correta**:

- a) as taxas podem ser cobradas em virtude do exercício efetivo ou potencial do poder de polícia.
- b) o empréstimo compulsório de guerra pode ser instituído por medida provisória.
- c) o Distrito Federal pode instituir todos os impostos municipais.
- d) exceção feita à contribuição de melhoria, as demais contribuições podem ser instituídas unicamente pela União.

**56** - Sobre os princípios constitucionais tributários, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o princípio da irretroatividade veda a aplicação, em qualquer caso, da lei nova mais favorável ao contribuinte em matéria de sanções tributárias.
- b) os impostos aduaneiros, o IPI e o IOF, quanto à variação de suas alíquotas, constituem exceções ao princípio da legalidade.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

- c) a lei que majora o imposto de renda, para vigorar em um ano, pode ser publicada até 31 de dezembro do ano anterior.
- d) o princípio do não confisco rege todas as espécies tributárias.

**57 - Sobre as imunidades tributárias, assinale a alternativa correta:**

- a) as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico podem incidir sobre as receitas decorrentes de exportação.
- b) os entes políticos podem cobrar taxas uns dos outros, em razão dos serviços públicos específicos e divisíveis que mutuamente se prestem.
- c) a imunidade dos livros veda a incidência de imposto de renda sobre os lucros da editora que os comercializa.
- d) o ITBI não incide sobre a integralização com imóveis do capital de pessoa jurídica, qualquer que seja o objeto social desta.

**58 - Sobre os impostos previstos na Constituição, assinale a alternativa incorreta:**

- a) o IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização dos veículos automotores.
- b) o Município pode optar por arrecadar o ITR, ficando autorizado a conceder unicamente isenções destinadas a incentivar a produção rural.
- c) a progressividade extrafiscal é obrigatória para o ITR e facultativa para o IPTU.
- d) a seletividade é obrigatória para o IPI e facultativa para o ICMS.

**59 - Sobre a sujeição passiva tributária, assinale a alternativa correta:**

- a) o Município não pode mover execução fiscal contra o proprietário do imóvel, se o locatário for indicado no contrato de aluguel como responsável pelo pagamento do IPTU.
- b) a pessoa que adquire fundo de comércio e continua na respectiva exploração responde apenas pelos tributos correspondentes aos fatos geradores ocorridos após a aquisição.
- c) a sociedade incorporadora só responde pelos tributos devidos pela incorporada que já estejam lançados na data da incorporação.
- d) o sócio-diretor de pessoa jurídica de direito privado não responde pessoalmente pelos impostos devidos por esta em caso de simples inadimplemento, sem descumprimento de qualquer obrigação acessória.

**60 - Sobre os prazos de que dispõem o Fisco e o contribuinte, assinale a alternativa correta:**

- a) o lançamento de ofício supletivo do lançamento por homologação deve ser feito em 5 anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte ao da ocorrência do fato gerador, exceto em caso de dolo, fraude ou simulação.
- b) o lançamento anulado por vício formal pode ser refeito em 5 anos a contar da data em que se tornar definitiva a decisão que o fulminou.
- c) um tributo sujeito a lançamento por homologação cujo fato gerador ocorreu em janeiro de 2000, e que foi pago em duplicidade no mês seguinte, sem que o pagamento tenha sido homologado pelo Fisco, ainda pode ser objeto de ação de repetição do indébito.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

d) o contribuinte tem 5 anos, contados da decisão administrativa final que rejeitou o seu pedido de repetição do indébito, para propor a competente ação judicial.

**61** - Sobre as garantias, privilégios e preferências do crédito tributário, assinale a alternativa **incorreta**:

a) presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente lançado, a menos que tenham sido reservados bens ou rendas suficientes para o total pagamento da dívida.

b) na falência, o crédito tributário não prefere, entre outros, àqueles com garantia real, no limite do valor do bem gravado.

c) a cobrança judicial do crédito tributário não se sujeita a habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

d) nos termos do CTN, a exigência de certidão com efeitos negativos para a participação em licitações limita-se à Fazenda Pública que promove o certame e aos tributos incidentes sobre a atividade a ser licitada.

**62** - Sobre o processo tributário, assinale a alternativa **correta**:

a) a ação anulatória de débito fiscal só é conhecida se precedida de depósito do montante integral da quantia em discussão.

b) é de 10 dias a contar do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou da intimação da penhora o prazo para a oposição de embargos à execução fiscal.

c) a repetição do indébito pode ser pleiteada em sede de mandado de segurança.

d) o mandado de segurança é ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.

## **DIREITO E PROCESSO PENAL**

**63** - Após analisar o artigo 315 do Código Penal, marque a alternativa **incorreta**:

Artigo 315: “Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.”

a) Qualquer pessoa pode ser sujeito ativo deste crime.

b) O resultado é de dano para a Administração Pública.

c) O dolo se traduz na vontade destinar verbas públicas, em desacordo com o previsto na legislação, prejudicando a Administração Pública.

d) O sujeito passivo é o Estado.

**64** - São elementos da tipicidade culposa, **exceto**:

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

- a) Produção de um resultado.
- b) Previsibilidade objetiva do resultado.
- c) A assunção do risco de produzir o resultado.
- d) Inobservância do dever de cuidado: imprudência, negligência, imperícia.

**65** - Sobre a excludente de ilicitude legítima defesa marque a alternativa **incorreta**:

- a) Somente existe legítima defesa quando se está diante de uma injusta agressão.
- b) Somente está autorizado a se defender contra a injusta agressão o titular do bem jurídico.
- c) A ameaça concreta de uma injusta agressão já caracteriza a legítima defesa.
- d) Não há legítima defesa quando são utilizados meios dispensáveis para se repelir a agressão.

**66** - Sobre a excludente de ilicitude do estado de necessidade, marque a alternativa **incorreta**:

- a) Não há estado de necessidade, quando a pessoa age diante de um perigo a que deu causa propositadamente.
- b) Somente há exclusão de ilicitude quando o bem jurídico sacrificado for de menor valor do que o bem jurídico salvo.
- c) Encontra-se em estado de necessidade quem age diante de uma situação de perigo que está prestes a acontecer.
- d) O dever legal de enfrentar o perigo afasta o estado de necessidade.

**67** - São causas de inimputabilidade pelo Código Penal, **exceto**:

- a) Doença mental, quando o agente perde ao tempo da ação a capacidade de auto-determinação.
- b) Embriaguez culposa.
- c) Menoridade (18 anos).
- d) Desenvolvimento mental retardado, quando o agente perde ao tempo da ação a capacidade de auto-determinação.

**68** - Excluem a culpabilidade, por inexigibilidade de conduta diversa:

- a) A coação moral irresistível.
- b) A obediência hierárquica.
- c) O excesso exculpante na legítima defesa.
- d) A força física irresistível.

**69** - Pela teoria do domínio do fato, a pessoa que planeja um seqüestro e possui pleno domínio funcional sobre a realização do fato, mesmo não praticando nenhum ato de execução, deve ser caracterizada no concurso de pessoas como:

- a) Autor.
- b) Autor imediato.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

- c) Partícipe, cuja participação é de menor importância.
- d) Partícipe, cuja participação é de maior importância.

**70** - Sobre os princípios que orientam a aplicação de pena no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa **incorreta**. O princípio da

- a) legalidade não veda punições baseadas em costumes.
- b) personalidade impede que a pena ultrapasse a pessoa do condenado, alcançando seus descendentes.
- c) individualização da pena exige que se tome em consideração as condições pessoais do condenado.
- d) humanidade impede a aplicação de penas cruéis.

**71** - Quanto às espécies de pena, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A pena de prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes, a entidade pública ou privada com destinação social.
- b) A prestação de serviço à comunidade ou entidades públicas é aplicável somente em condenações superiores a 6 (seis) meses de pena privativa de liberdade.
- c) A perda de bens e valores ocorre em favor da vítima.
- d) A limitação de fim de semana obriga o condenado a permanecer cinco horas aos sábados e domingos em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

**72** - Fulano foi condenado, em julho de 2005, a uma pena de dois anos de reclusão por favorecimento a prostituição (pena – 02 a 05 anos) e não recorreu da decisão. O fato ocorreu em agosto de 2000 e a denúncia foi recebida em setembro do mesmo ano. Assinale a alternativa **correta**. Ocorreu prescrição

- a) da pretensão executória.
- b) intercorrente.
- c) pela pena em abstrato.
- d) retroativa.

**73** - Com relação à ação penal é correto afirmar **exceto**:

- a) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado ou Município, a ação penal será pública.
- b) A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.
- c) Nas contravenções será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por portaria expedida pela autoridade judicial ou policial.
- d) O Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos para a propositura da ação.

**74** - A respeito da competência penal assinale a alternativa **correta**:

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

- a) Tratando-se de infração continuada, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- b) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
- c) Se o Tribunal do Júri desclassificar a infração para outra atribuída à competência do juiz singular, a este será remetido o processo.
- d) Será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

**75** - Assinale a alternativa de incidente processual que, quanto aos seus efeitos, considera-se exceção peremptória:

- a) Suspeição
- b) Litispendência
- c) Incompetência
- d) Ilegitimidade de parte.

**76** - Com relação à prova no processo penal é **correto** afirmar que:

- a) A falta do exame de corpo de delito na fase do inquérito policial impede a propositura da ação penal.
- b) Sendo o interrogatório do réu um meio de prova, ele deverá ser advertido de que seu silêncio poderá prejudicar a sua defesa.
- c) No interrogatório do réu, por ser ato personalíssimo, com característica da judicialidade, vigora o princípio da não intervenção das partes.
- d) A inexistência de exame pericial ou prova testemunhal, quando se cuida de delito que deixa vestígios, leva ao reconhecimento de nulidade processual.

**77** - Relativamente à figura do assistente no processo penal é **correto** afirmar que:

- a) Em todos os termos da ação pública ou privada, poderá intervir, como assistente, o ofendido ou seu representante legal.
- b) O assistente será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.
- c) O co-réu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.
- d) Ao assistente será permitido propor meios de prova, requerer perguntas às testemunhas, sendo defeso aditar o libelo e os articulados.

**78** - Sobre os procedimentos penais é **correto** afirmar que:

- a) Nos crimes funcionais, após o recebimento da peça acusatória, será adotado o comum ordinário.
- b) Nos crimes dolosos contra a vida, após a oitiva das testemunhas, as partes terão 24 hs. para o requerimento de diligências.
- c) O julgamento pelo Tribunal do Júri será adiado pelo não comparecimento do advogado do assistente.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

d) Na lei de tóxicos, após a defesa preliminar, o Ministério Público terá dez dias de prazo para impugná-la.

**79** - A respeito dos procedimentos penais é correto afirmar exceto:

a) No juizado especial criminal o interrogatório do réu será feito após a oitiva das testemunhas.

b) No procedimento comum ordinário as partes poderão juntar documentos em qualquer fase do processo.

c) Em todas as infrações penais de menor potencial ofensivo, cabível a composição dos danos civis e a transação penal.

d) Nas alegações finais em procedimento dos crimes dolosos contra a vida as partes não poderão juntar documentos.

**80** - Acerca das nulidades no processo penal é correto afirmar:

a) A forma processual uma vez desobedecida acarreta sempre a nulidade do ato, independente de qualquer prejuízo.

b) A incompetência em razão do lugar da infração acarreta nulidade absoluta, não restando sanada pela ocorrência da preclusão.

c) Não há momento específico para a arguição de qualquer delas, podendo ser feito quando melhor aprouver à parte.

d) O oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, fora do prazo legal, é mera irregularidade que não afeta a validade do ato processual.

**81** - Sobre os recursos no processo penal é correto afirmar que:

a) Cabível o agravo contra decisão que nega o livramento condicional.

b) O juízo de retratação é próprio dos embargos infringentes.

c) Denegada a apelação é cabível a carta testemunhável.

d) Negado hábeas corpus pelo T.J.M.G. é cabível agravo de instrumento.

**82** - Relativamente às ações de impugnação no processo penal é correto afirmar que:

a) A revisão criminal poderá ser requerida em qualquer tempo, desde que antes da extinção da pena.

b) Constitui falta de justa causa que permite a impetração de hábeas corpus para o trancamento da ação penal a ilegitimidade de parte.

c) É possível a impetração de hábeas corpus para discutir causa de extinção de punibilidade, desde que o paciente se encontre preso.

d) Será admitida a revisão criminal quando a sentença absolutória for contrária à evidência dos autos.



*Ordem dos Advogados do Brasil*

*Seção Minas Gerais*

*Comissão de Exame de Ordem*

**ESTATUTO DA OAB / CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA**

**83** - Leia atentamente as afirmativas abaixo:

I – A inidoneidade do requerente de inscrição nos quadros da OAB somente pode ser suscitada por advogados regularmente inscritos na OAB ou pelas autoridades competentes.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

II – O estagiário pode requerer sua inscrição como tal junto ao Conselho Seccional perante o qual se localize seu curso de graduação, ou onde possua seu domicílio.

III – É facultado ao Conselho Seccional suspender o pedido de transferência ou inscrição suplementar, ao verificar a existência de vício ou ilegalidade na inscrição principal.

IV – A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional perante o qual tenha prestado e obtido aprovação no Exame de Ordem.

Sobre as afirmativas acima é **correto** afirmar:

- a) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Somente a afirmativa IV está correta.
- d) Nenhuma das afirmativas está correta.

**84** - Não estão sujeitos ao regime da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB) os:

- a) integrantes da advocacia geral da união.
- b) Procuradores do Trabalho.
- c) Defensores Públicos da União e dos Estados.
- d) Procuradores da Fazenda Nacional.

**85** - Não é sanção disciplinar a que está sujeito o advogado:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Suspensão.
- d) Exclusão.

**86** - Não é da competência privativa dos Conselhos Seccionais:

- a) fixar, alterar e receber contribuições obrigatórias, preços de serviços e multas.
- b) realizar o Exame de Ordem.
- c) determinar, com exclusividade, critérios para o traje dos advogados, no exercício profissional.
- d) dispor sobre a identificação dos inscritos na OAB e sobre os símbolos privativos.

**87** - Não conta-se o prazo da prescrição da ação de cobrança dos honorários de advogado:

- a) do vencimento do contrato, se houver.
- b) da outorga do mandato pelo cliente.
- c) do trânsito em julgado da decisão que os fixar.
- d) da ultimação do serviço extrajudicial.

**88** - Sobre a fixação e cobrança dos honorários de advogado é **incorreto** afirmar:

- a) Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

- b) A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que o estipular são títulos executivos.
- c) Havendo contrato escrito poderá ser emitida fatura e duplicata dos honorários pactuados, que, não paga, poderá ser levada a protesto.
- d) A execução dos honorários pode ser promovida nos mesmos autos da ação em que tenha atuado o advogado.

**89** - Leia atentamente as afirmativas abaixo:

I – Compete ao Tribunal de Ética e Disciplina instaurar, de ofício, processo sobre ato ou matéria que considere passível de configurar, em tese, infração a princípio ou norma de ética profissional.

II – Todos os recursos nos processos perante a OAB têm efeito suspensivo, salvo se tratarem eleições ou de cancelamento de inscrição obtida com falsa prova.

III – O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada.

IV – O Conselho Seccional deve oferecer os meios e suporte imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades do Tribunal de Ética e Disciplina.

Sobre as afirmativas acima é **correto** afirmar:

- a) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Somente a afirmativa III está incorreta.
- d) Somente a afirmativa II está incorreta.

**90** - Sobre as Caixas de Assistência dos Advogados, é **incorreto** afirmar:

- a) possuem personalidade jurídica própria, destinando-se a prestar assistência aos inscritos no Conselho Seccional a que se vincule.
- b) em benefício dos advogados, a Caixa pode promover a seguridade complementar.
- c) em caso de sua extinção, tem seu patrimônio revertido ao Conselho Federal da OAB.
- d) pode sofrer intervenção, mediante deliberação do Conselho Seccional a que se vincule.

**91** - Sobre os prazos nos processos perante a OAB é **correto** afirmar:

- a) Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, inclusive para interposição de recursos.
- b) Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, salvo para a interposição de recursos, quando serão observados, para cada recurso, os prazos fixados na legislação processual civil.
- c) Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de dez dias, salvo para a interposição de recursos, que é de quinze dias.
- d) Nenhuma das alternativas acima está correta.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

**92** - São órgãos da OAB:

- a) O Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Caixas de Assistência dos advogados e os Tribunais de Ética e Disciplina.
- b) O Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Subseções e as Caixas de Assistência dos Advogados.
- c) O Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Subseções e os Tribunais de Ética e Disciplina.
- d) O Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Subseções, as Caixas de Assistência dos Advogados e os Tribunais de Ética e Disciplina.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**93** - São semelhanças existentes entre a ação popular e a ação civil pública, **exceto**:

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

- a) a tutela do meio ambiente e do patrimônio público.
- b) a possibilidade da sentença determinar a reparação civil dos danos ao bem jurídico lesado ou ameaçado de lesão.
- c) a presença do Poder Público no pólo passivo da ação popular, obrigatoriamente, e no da ação civil pública, eventualmente, caso tenha sido o responsável, individual ou concorrentemente, para o dano ou a ameaça de dano ao bem jurídico tutelado.
- d) os pressupostos, quais sejam: a ilegalidade ou imoralidade do ato praticado pelo Poder Público ou por agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições estatais, e o dano ou a ameaça de dano ao bem jurídico tutelado.

**94** - Suponha o seguinte caso:

Em 2004, *João* foi eleito ao cargo de vereador do Município de Montalvânia/MG, para o período 2005-2008. O seu irmão, *José*, foi eleito Governador do Estado de Minas Gerais nas eleições de 2006, para o período 2007-2010. Nas eleições de outubro de 2008, *João* deseja se candidatar, novamente, ao cargo de vereador do Município de Montalvânia/MG, para o período 2009-2012. A candidatura de *João*:

- a) não é possível, pois incide a inelegibilidade reflexa, na medida em que, ao se candidatar à reeleição, o seu irmão já era Governador do Estado de Minas Gerais.
- b) é possível, pois ele já é detentor de mandato eletivo e está se candidatando à reeleição, não incidindo, pois, a inelegibilidade reflexa.
- c) é possível, desde que seu irmão se desincompatibilize do cargo seis meses antes do pleito.
- d) não é possível, pois a sua candidatura será realizada no mesmo território da jurisdição do seu irmão, qual seja, o Estado de Minas Gerais.

**95** - A legislação concorrente:

- a) suspende a eficácia da lei estadual, no que contrariar as normas gerais contidas em lei federal editada supervenientemente.
- b) não possibilita aos Estados-membros o exercício de competência legislativa plena, na ausência de lei federal sobre normas gerais.
- c) possibilita à União e aos Estados-membros legislarem apenas sobre normas gerais.
- d) impede o exercício da legislação suplementar pelos Estados-membros.

**96**- Segundo a Constituição, doutrina e jurisprudência, Comissão Parlamentar de Inquérito:

- a) tem poderes de instrução próprios das autoridades policiais.
- b) pode decretar, de ofício, a quebra do sigilo das comunicações telefônicas.
- c) pode decretar, de ofício, quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados telefônicos.
- d) pode ser criada mediante requerimento de 1/3 de deputados ou senadores, para a apuração de fato genérico e por prazo certo.

**97** - Constituem novidades introduzidas pela E.C. n.º 45/2004, **exceto**:

- a) a ampliação do rol de legitimados a propor ação declaratória de constitucionalidade.

# *Ordem dos Advogados do Brasil*

## *Seção Minas Gerais*

### *Comissão de Exame de Ordem*

- b) a exigência de três anos de atividade jurídica do bacharel em direito, como condição para o ingresso na carreira da magistratura e do Ministério Público.
- c) a instituição do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho da Justiça Federal.
- d) a exigência de participação em curso oficial ou reconhecido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, como etapa obrigatória do processo de vitaliciamento dos magistrados.

**98** - A imunidade penal temporária atribuída constitucionalmente ao chefe do Poder Executivo Federal:

- a) impede a sua responsabilização penal, em razão da prática de qualquer crime, durante o exercício do mandato.
- b) impede a sua responsabilização penal, durante o exercício do mandato, por atos estranhos ao exercício da função presidencial.
- c) exige autorização da Câmara dos Deputados para deflagrar o processo penal.
- d) impede a aplicação de pena privativa de liberdade, senão por sentença condenatória transitada em julgado.

**99** - Relativamente ao controle de constitucionalidade das leis, no Brasil, assinale a alternativa **correta**:

- a) os efeitos temporais da decisão judicial no controle difuso são sempre *ex tunc*, enquanto no controle concentrado a regra geral são efeitos *ex tunc*, e a exceção são efeitos *ex nunc*.
- b) a inconstitucionalidade de leis municipais pode ser objeto de argüição, em sede de controle abstrato, perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) no controle abstrato, a argüição de inconstitucionalidade constitui questão prejudicial ao julgamento da ação, enquanto no controle concreto a argüição de inconstitucionalidade é o objeto principal da ação.
- d) a ação direta de inconstitucionalidade constituiu modalidade de controle concentrado e concreto de constitucionalidade.

**100** - São fundamentos da ordem econômica:

- a) valorização do trabalho humano e livre iniciativa.
- b) soberania econômica e livre iniciativa.
- c) dignidade da pessoa humana e justiça social.
- d) livre concorrência e dignidade da pessoa humana.

**BOA PROVA!**